

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE FORMAÇÃO GERAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rebeca Rosa Amaral Costa Lima

O SAMBA NO ESTADO NOVO:
Trabalhismo e malandragem

Rio de Janeiro

2013

Rebeca Rosa Amaral Costa Lima

O SAMBA NO ESTADO NOVO:
Trabalhismo e malandragem

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Vigilância em Saúde.

Orientador: Jaqueline Ferreira da Luz

Coorientador: : Alexander de Carvalho

Rio de Janeiro

2013

Rebeca Rosa Amaral Costa Lima

O SAMBA NO ESTADO NOVO:
Trabalhismo e malandragem

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Vigilância em Saúde.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Mestre Alexander de Carvalho, EPSJV – Fiocruz.

Mestre Jaqueline da Luz Ferreira, EPSJV – Fiocruz.

Doutor José Roberto Franco Reis, EPSJV – Fiocruz.

Mestre Paulo Henrique Barbosa de Andrade, EPSJV – Fiocruz.

*“Samba,
Inocente, pé-no-chão,
A fidalguia do salão,
Te abraçou, te envolveu,
Mudaram toda a sua estrutura,
Te impuseram outra cultura,
E você não percebeu.”*

Nelson Sargento – “Agoniza mas não morre”

RESUMO

O presente trabalho pretende debruçar-se sobre o Estado Novo para compreender o samba e a transformação ocorrida: a “limpeza” do samba malandro. Discorre sobre a ideologia trabalhista que surge com a Revolução de 1930 e que será ponto-chave para compreender a relação entre o Estado Novo e a modificação do samba. Elucida sobre o papel do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) nesse processo, censurando e coibindo (ou ao menos pretendendo fazê-lo) qualquer voz dissidente do regime estabelecido. Para tais esclarecimentos, utilizamo-nos de pesquisa bibliográfica e fonográfica, trazendo textos sobre o assunto e canções que expliquem e exemplifiquem o dado tema.

LISTA DE ABREVIATURAS

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 Roberto Paiva, Francisco Egydio, Noel Rosa & Wilson Batista / Polêmica (1956).....	26
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ERA VARGAS E ESTADO-NOVO: UM PROJETO DE NAÇÃO	14
2.1 O LIBERALISMO NO BRASIL.....	14
2.2 A REVOLUÇÃO DE 1930 E A REVIRAVOLTA POLÍTICA DO BRASIL.....	16
2.2.1 A trajetória revolucionária.....	16
2.2.2 O que se modifica?.....	18
2.3 TRABALHISMO: O TRABALHADOR COMO “CÉLULA DA VIDA NACIONAL”...20	
2.4 A POLÍTICA CULTURAL E O DIP.....	22
3 O SAMBA	25
3.1 O MALANDRAGEM E O SAMBA MALANDRO VERSUS O TRABALHISMO.....	25

1 INTRODUÇÃO

A Era Vargas, regime ditatorial conduzido pelo presidente Getúlio Vargas, é um dos (se não “o”) período mais comentado e lembrado pelos brasileiros, em especial por causa das grandes modificações que se têm no mundo do trabalho. Para compreender de fato tais modificações, deve-se analisar o contexto histórico-social no qual elas se tornaram possíveis, entendendo que nenhuma liderança tem a capacidade de governar sozinha, de inverter ou modificar os rumos de um país repentinamente, sem que haja uma mudança de cunho estrutural, ideológico e social – ilustrativamente, analisando os processos de regularização do trabalho no Brasil na década de 1930, constata-se que seu resultado foi fruto principalmente de uma longa luta sindical, e que as ações de Getúlio foram de resposta única e necessária a essa luta.

Posto isso, de extrema importância é que se compreenda como se deu a construção de uma sociedade pautada em ideais de trabalho e cidadania tal qual a sociedade brasileira atual. O regime escravista realiza um papel essencial dentro da construção da história da nação brasileira, pois, além de ter causado uma situação de desigualdade social, provoca uma ojeriza ao trabalho no imaginário da população como um todo, especialmente da classe excluída, que é justamente descendente daquela que antes ocupava a posição subjugada – ou seja, os descendentes dos escravos. Isto é, se tratando de uma classe que tem em sua ascendência próxima o contingente escravo da nação, natural é que não se associem boas impressões ao trabalho. Tal sentimento é ainda reforçado e reafirmado pelas condições em que ainda se trabalha, mesmo que agora em liberdade legal. Assim se justifica o surgimento do malandro, que é a figura que ilustra uma estratégia de sobrevivência, alternativa à venda da força de trabalho, que, para os filhos da escravidão, os mestiços, enfim, a classe oprimida, era algo doloroso, penoso e humilhante. Mesmo que sem consciência plena de si e da representação social em que se encaixa e movimenta, o malandro representa assim um contraponto ao trabalhismo que se instala mais fortemente com Vargas. Como aponta

Adalberto Paranhos: “Tal qual a unha adere à carne, o novo samba urbano carioca, que teve no Estácio de Sá o seu centro de propulsão, soldara o sambista ao malandro. Desatar esse nó era tarefa concebida como urgente e inadiável. Vargas, as instituições estatais e as “pessoas de bem” deveriam mover um combate sem tréguas à malandragem tradicional.” (2006, p. 1)

Considerando que o samba na época caminhava a passos largos para ser a música nacional, aquilo que começava a unir, culturalmente, a população brasileira como povo (Vianna, 1995) e que havia uma relação de indissociabilidade entre o samba e a malandragem na época natural seria que se procurasse dissociar o samba da malandragem, diante de um novo cenário de promoção do trabalho como um valor. Isto é, que a malandragem fosse reprimida, que fossem criadas forças legais de repressão à “vadiagem”, oficialmente, e que, simultaneamente, o samba fosse espremido e quase impossibilitado pela censura, pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado para este fim: controlar e determinar o que era ou não conveniente ao processo de transformação (e dominação) política da época (Steigenberger e Fernandes, 2008). Paralelamente, há o movimento, a partir daí (quase) pacífico de aproximação do samba a essas conveniências: o samba não mais materializa a realidade excluída e excludente. Passa a exaltar as belezas naturais ou cantar assuntos supérfluos e superficiais, desempenhando, portanto outro papel social, agora “de cima pra baixo” (Novaes, 2001). O nascimento e desenvolvimento do samba-exaltação são ilustrativos nesse sentido, bem como a regularização das escolas de samba, pois

O modo mais eficaz de enquadramento dos grupos e agremiações, cuja razão de ser é a diversão e a livre expressão da alegria, é sem dúvida a premiação. Premiar o desempenho de determinado grupo permite reforçar padrões de representação e dissuadir outros grupos de trilhar caminhos desviantes. Sob a aparência de valorizar a cultura popular, o concurso institui uma hierarquia de valores, estéticos alguns, políticos quase todos, que, ao legitimar certas atuações e desqualificar outras, acaba assegurando a manutenção de um modelo estável e de fácil fiscalização. (AUGRAS, M. **A ordem na desordem: a regulamentação do desfile das escolas de samba e a exigência de "motivos nacionais"**. [s.d.]¹)

¹ Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_08.htm>. Acesso em: 15/11/2012.

Resgatando este contexto histórico, este trabalho tem por objetivo compreender o processo de ressignificação do samba que tem o Estado Novo como ponto crucial, buscando elucidar as forças políticas e sociais que levaram a tal transformação. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico de literatura sobre o tema e fonográfico, de músicas que possam ilustrar o supracitado processo.

2 ERA VARGAS E ESTADO-NOVO: UM PROJETO DE NAÇÃO

2.1 O LIBERALISMO NO BRASIL

A Primeira República brasileira, também chamada de “República Velha”, inicia-se com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. O Imperador Dom Pedro II é destronado por meio de um movimento militar (segundo registros, a participação civil foi praticamente nula). Estabelece-se então o Governo Provisório, liderado pelo Marechal Hermes da Fonseca. O “Governo Provisório” termina em 24 de fevereiro de 1891 com a promulgação da primeira constituição republicana brasileira. Deodoro da Fonseca é eleito pelo Congresso Nacional para assumir o cargo de primeiro presidente constitucional (vencendo Prudente de Moraes, o candidato dos civis).

O positivismo, expresso pelo lema “Ordem e Progresso” inscrito na bandeira nacional, embasou ideologicamente a implantação da República e inspirou a Constituição de 1891. A fisionomia social, política e econômica da nação era, portanto, delineada também com base nesses ideais. Os revolucionários da Primeira República, os liberais, desejavam romper com a vigente estrutura político-econômica, na qual não era possível a ascensão por meio do trabalho e os cargos políticos eram ocupados por uma classe determinada. Democracia, então, para estes revolucionários consistia na liberdade política, econômica e social. Os indivíduos, de acordo com eles, deveriam ser livres para o mercado, praticando o livre comércio, mas também livres para determinar a sua própria sorte.

Com o Estado liberal-democrata que se estabelece a partir da Proclamação da República inaugura-se um novo conceito de *cidadania*, compreendida agora como a igualdade de todos perante a lei, bem como a equivalência política de todos os indivíduos. O Estado democrático era baseado no pluripartidarismo (e, portanto toma como pressuposto o dissenso da população) e o sufrágio universal era a expressão última desta democracia.

O papel do Estado era mínimo, tanto na vida social quanto na economia. Cria-se na possibilidade de auto-regulação do mercado e na acumulação individual de riqueza. Ou seja,

os indivíduos eram considerados os únicos responsáveis por sua própria “sorte” e condição social: o Estado liberal-democrata não assumia a responsabilidade de provedor de “oportunidades” nem de solucionador da problemática causada pela desigualdade inerente à estrutura social – fator este ignorado por essa ótica utópica de igualdade político-econômica dos indivíduos.

Era garantido na Constituição de 1889 a não legislação da União sobre o direito do trabalho, previdência social e saúde, sob o pretexto de garantir a autonomia dos Estados; as relações de trabalho não possuíam o mínimo de regulação, e este era, portanto, amplamente precarizado. As jornadas de trabalho eram absurdas e os acidentes, por este motivo, frequentes. Como não havia a política de previdência social, os indivíduos acidentados eram abandonados à própria sorte. Os salários atrasavam frequentemente e não havia nenhuma fiscalização que obrigasse os patrões a efetuarem os pagamentos.

Em 1926, há a inauguração de uma Emenda à Constituição de 1891 que estabelece que o Congresso Nacional deve legislar sobre o trabalho. Esta Emenda é resultado de pressões políticas internacionais decorrentes da Revolução Russa e do Tratado de Versalhes². Além disso, o crescimento da massa do proletariado através do desenvolvimento da indústria pós-Primeira Guerra, a chamada “questão social” se torna mais sensível (GOMES, 1988). Os trabalhadores se organizam em greves em diversas partes do país. “Pressionada por tremendas agitações internas e por uma conjuntura internacional marcada por revoluções sociais, a burguesia brasileira, a contragosto, “aceitou” realizar algumas mudanças no liberalismo econômico então vigente” (ARAÚJO, 1998, p. 2).

A crise de 1929 causara uma crise econômica internacionalizada, e a tese de auto-regulação do mercado, portanto, estava sendo claramente desmascarada. Com a crise econômica, os níveis de desemprego ganharam largas proporções.

O estado do Brasil era calamitoso tanto política, quanto socialmente. No plano político, a oligarquia cafeeira tensionava-se tanto interna e externamente (contra o novo partido, Aliança Liberal, que lançará a candidatura de Getúlio Vargas). No plano social, os operários abandonados e vivendo e trabalhando em péssimas condições. Despontou-se, então, a Revolução de 1930, como uma proposta de solução para o “caos” nacional.

² A assinatura do Tratado de Versalhes levou o Brasil a ampliar a regulamentação do trabalho, além de integrar-se a Organização Internacional do Trabalho; a Revolução Russa, de caráter socialista e que reivindicava fortes mudanças na estrutura da sociedade exerceu influencia sobre diversos nações, inclusive a brasileira.

2.2 A REVOLUÇÃO DE 1930 E A REVIRAVOLTA POLÍTICA DO BRASIL

2.2.1 A trajetória revolucionária

A Revolução de 1930 põe fim à República Velha por meio de um golpe de Estado que depõe o então presidente da república Washington Luís³. As principais propostas do movimento eram a diminuição da importação, a redistribuição de capital (que antes era investido somente no café) principalmente para a indústria e a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Este desmoronamento do regime constitucionalista liberal alcançado pela Revolução de 30 definiu uma importante mudança de cunho político para a nação: o Brasil acompanha as tendências internacionais antiliberais. Quando se institui o 2º Governo Provisório, chefiado por Vargas, inicia-se um processo de centralização do poder: os órgãos legislativos são dissolvidos e a Constituição de 1891 é revogada; Getúlio concentra assim, em suas mãos, os poderes Legislativo e Executivo. Essa seria a alternativa ao caos iminente, provocado pelo “grande e longo divórcio entre a nossa realidade física e cultural e nosso modelo político de Estado” (GOMES, 1988, p. 208) e também pela criticada falta de autoridade do governo liberal que, segundo os críticos, não conseguia manter o povo coeso e unido.

A oligarquia paulista conseguiu se organizar e realizar a Revolução Constitucionalista de 1932, como forma de reação à ditadura. Esta elite paulista, alijada do poder e privada da autonomia política pré-Revolução de 1930 com a vigência ainda da constituição de 1891, reivindicava maior espaço na política nacional. Com a recusa do presidente e a maior repressão à sua atuação política, os paulistas organizam-se em torno deste movimento, que visava a derrubada do Governo Provisório de Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o país. Como, diferentemente do esperado, São Paulo não recebeu apoio de outros estados, a revolução foi facilmente derrotada, com o apoio dos militares. Apesar da derrota, São Paulo volta a ser governado por paulistas e Getúlio promulga uma nova Constituição em 1934, por meio de uma Assembleia Constituinte que depois se transformará na primeira Câmara dos Deputados. Esta Câmara elege novamente Getúlio para ocupar o cargo por mais quatro anos.

³ Washington Luís estava no poder por meio da política do café-com-leite. Nesta política, Minas Gerais e São Paulo alternavam presidentes no poder.

O governo do Estado Novo entregava ao Executivo as atribuições que antes eram do Legislativo, ou seja, foi um governo centralizador. Além disso, no campo ideológico, além de retomar práticas autoritárias antigas da própria história brasileira, acompanhava e incorporava novas práticas dos regimes fascistas, que utilizavam da propaganda e da educação como principais meios para moldar o homem à nova realidade.

Um das frentes de resistência ao governo de Getúlio era a ANL – Aliança Nacional Libertadora, movimento antifascista liderado por Luís Carlos Prestes⁴ – ganhava cada vez mais força no Brasil. Vargas reprime esse crescimento por meio de intervenção policial; A ANL era agora legalmente impedida de atuar. Por conta dessa repressão, o Partido Comunista Brasileiro se torna mais combativo, o que resulta na chama Intentona Comunista⁵. Em 1935 a rebelião eclode num quartel em Natal: o batalhão local, juntamente com a população civil organiza o Comitê Popular Revolucionário. Essa insurreição foi reprimida completamente, dois dias depois, pelos militares e pelos fazendeiros. Outros levantes houve em Recife, Olinda e no Rio de Janeiro, também reprimidos facilmente. Esse levante comunista serviu para que Vargas começasse a conduzir o país para a ditadura: sob a justificativa de caos nacional, Getúlio Vargas declara estado de sítio inicialmente por sessenta dias, mas na prática se estendeu até junho de 1937.

O lançamento das campanhas para a presidência aconteceu em 1938; apesar de os getulistas apoiarem o candidato José Américo de Almeida, Getúlio pretendia permanecer no poder, e era apoiado pelo Exército (na figura dos generais Góis Monteiro e Dutra). O Congresso Nacional, percebendo as intenções de Vargas, o impede de perpetuar o “estado de sítio”. Em contrapartida, Getúlio serve-se da farsa do “Plano Cohen”⁶ para continuar no poder. O caminho político está traçado para a implantação do Estado Novo, que ocorre em 10 de novembro de 1937. Assim institui-se *formalmente* a ditadura, pois segundo Koshiba e

⁴ Prestes converteu-se do tenentismo ao marxismo, se tornando parte dos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro.

⁵ “Intentona” foi o nome pejorativo dado ao movimento, a fim de desmoralizá-lo. Ficou conhecido também como Revolta Vermelha de 35 e Levante Comunista. O objetivo era tomar o poder, derrubando o Presidente. O movimento angariou adeptos dentro dos batalhões, o que permitiu que a rebelião fosse iniciada dentro de um quartel em Natal.

⁶ “Tratava-se de um suposto plano comunista para a tomada do poder, envolvendo o assassinato de personalidades importantes. Segundo a versão dos interessados na farsa, o documento fora “descoberto” e entregue a Góis Monteiro [...] O nome Plano Cohen foi dado por Góis Monteiro, responsável pela divulgação alarmista do falso plano por toda a imprensa.” (KOSHIBA E PEREIRA, 2008, p. 448).

Pereira (2008, p. 423): “de modo informal, essa ditadura já existia desde 1930, uma vez que ele se instalara no poder e não dava sinais de que sairia dali, governando a maior parte do tempo com as garantias constitucionais suspensas”.

2.2.2 O que se modifica?

Com Vargas, nasce então um novo modo de fazer política: o Estado não estaria mais distante da economia e da vida social, como antes se configurava no liberalismo. Desenha-se, nesse contexto, um Estado, portanto, *intervencionista*, que passaria a dar mais efetivamente solução para a chamada “questão social”. Mesmo no contexto ainda da República Velha, reconhecia-se a necessidade de “incorporar os trabalhadores à vida nacional” (KOSHIBA E PEREIRA, 2008, p. 429), ou seja, de reconhecer suas demandas e atendê-las.

Essa necessidade, porém, só vem a ser eficazmente suprida no Estado-Novo. Como apontam Koshiba e Pereira, “a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 e o Decreto 19.770, que baixou normas para a sindicalização, estabeleceram as bases em que se daria a incorporação dos trabalhadores” (2008, p. 430).

Os projetos do Estado Novo e da Revolução de 1930 são indissociáveis, são duas fases do mesmo, sendo o Estado Novo a fase da sua real efetividade. Portanto, as críticas dos revolucionários de 30 seriam solucionadas com Vargas, na sua política estadonovista. Posto isso, três eixos de crítica eram centrais: a questão da representação, os conceitos de liberdade e igualdade e a questão do intervencionismo.

Em primeiro lugar, a questão da representação. Desacreditava-se da ideia de democracia de vitória da maioria, da ideia de dissenso entre os indivíduos para defender a ideia de existência de uma unidade nacional em todos os sentidos políticos e sociais (GOMES, 1998). O Estado teria o papel de conciliador e identificador da vontade nacional, evitando assim a desordem causada pelos conflitos. Os sindicatos cumpriam então esse papel de auxiliador do Estado, como anunciadores das necessidades dos trabalhadores (as corporações).

Em segundo lugar, os conceitos de liberdade e igualdade. Todos os indivíduos poderiam, de forma igualitária, realizar contratos no mercado, bem como impor limites à ação do Estado, além de serem livres e iguais também para participar das instituições estatais (GOMES, 1998). Este conceito de liberdade era limitado, aos olhos dos críticos, porque ignorava os ideais de justiça social. Delineava-se, então, uma contradição, porque as

condições sociais limitavam a liberdade individual. Outra contraposição dos revolucionários era a de que, em sua visão, existia uma desigualdade natural entre os indivíduos, uma hierarquia de poderes que deveria ser estabelecida e respeitada e o Estado tem a incumbência de promover uma maior igualdade social.

Tratava-se de aprofundar a ideia de independência entre os conceitos de democracia e de liberal-democracia e, em vez de procurar fórmulas que garantissem um máximo de liberdade e um mínimo de autoridade, buscar os meios de tornar a autoridade mais justa e mais eficiente no enfrentamento da questão social da necessidade (GOMES, 1998, p. 220).

A tentativa no pós-30 é então de modificar o conceito de democracia. Estabelece-se então, um novo conceito, que diverge deste de democracia liberal: a democracia social.

Este novo conceito de democracia, obviamente tocava na questão do intervencionismo. O Estado era agora o possibilitador da liberdade individual na medida em que a mediava para, dentro destes limites, poder coexistir com a realização dos interesses da coletividade nacional. Assim, ao mesmo tempo que o Estado preservava de certa forma a iniciativa individual no mercado, cuidava de manter a salvo os interesses da sociedade. Esta salvaguarda dos interesses também se estendia à esfera política, agora que o Estado possuía a responsabilidade de promover o bem-estar social e de promover a real oportunidade de manutenção da vida por meio do trabalho, tomando-o como direito que precisa ser garantido.

Estes questionamentos iniciados em 1930 serão cruciais para a compreensão da política trabalhista de Vargas, já que são a raiz e a razão para que esta se estabelecesse, a partir principalmente dessa modificação no conceito de democracia.

2.3 TRABALHISMO: O TRABALHADOR COMO “CÉLULA DA VIDA NACIONAL”

O novo projeto de nação foi organizado em torno da questão trabalhista. Voltava-se para a causa operária e para isso precisava-se pautar na

glorificação do homem brasileiro, da ‘raça brasileira’ em sua força e energia, conquistando a terra bruta e primitiva – no caso do trabalhador rural -, ou construindo a grandeza industrial do Brasil – no caso do proletário urbano.” (GOMES, 1998, p. 242);

Este projeto, como dito, foi concretizado com o estabelecimento do Estado Novo (pois considera-se que os episódios de 1932 e 1934 foram uma interrupção e um semi-retorno ao liberalismo). A visão que antes se tinha do trabalhador brasileiro era a de que naturalmente

o país não poderia progredir por meio do trabalho, pois justificavam-se todos os problemas e males nacionais pela suposta inferioridade da raça mestiça brasileira⁷. Há, em Vargas, a aproximação do “homem” ao “cidadão” e essa aproximação se dava por meio da valorização do trabalho (o trabalho tornado em valor) e da cultura, que é a própria expressão do que o brasileiro produz. Inicia-se aí, então, o processo de valorização da cultura mestiça, que à época, era a expressão maior da brasilidade – os intelectuais modernos definiam o mestiço e a cultura mestiça como a brasilidade em si: o que é brasileiro de fato é fruto do hibridismo de várias raças e culturas (VIANNA, 1995). Assim, há essa inversão: a valorização do povo, do trabalhador e do próprio trabalho. O trabalho resolveria a questão tanto da natureza inexplorada, quanto da cultura: seria uma síntese dos dois; ao mesmo tempo que exaltava a natureza tão fecunda, punha em voga também o esforço no homem necessário à sua produtividade. Porque

A terra era rica e o homem era bom, mas nada disso tinha significado quando abandonado e inexplorado. A ‘restauração’ seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e a formação do segundo. Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e que interfeririam no curso da história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano. (GOMES, 1998, p. 212)

No sentido jurídico, a medida mais simbólica do governo Vargas no que concerne à resolução da questão social e proteção ao trabalhador foi a criação da carteira de trabalho, no ano de 1933. A partir daí a sindicalização torna-se obrigatória e apenas aos trabalhadores sindicalizados, agora, era permitido reivindicar seus direitos⁸. Outras leis que podem ser destacadas são as que regulamentavam o trabalho dos menores e das mulheres, a lei do direito a férias e a limitação da jornada de trabalho a oito horas.

Para além dessas medidas práticas e de forma a sustentá-las, o trabalho era compreendido agora, em Vargas, como não só um direito mas um dever. O líder era entendido

⁷ O povo brasileiro, num contexto em que as ideias ditas científicas de eugenia e hierarquização das raças estavam sendo largamente difundidas e aceitas, era tido como inferior por conta da miscigenação racial. Muitos intelectuais da época defendiam o “branqueamento” como solução para um povo intrinsecamente, naturalmente, inferior.

⁸ Segundo Koshiba e Pereira este era “um modo de enfraquecer os sindicatos independentes. Sem alternativa, os comunistas optaram por atuar nos sindicatos oficiais.” (2003, p. 426)

como a figura que outorga, que dá de bom grado o direito ao trabalho e as condições adequadas para isso. O ato de trabalhar passa a ser entendido, então, como um ato de *gratidão* para com o líder e um dever para com a nação. Essa relação entre o povo e o Estado/Presidente foi essencial para a invenção do trabalhismo. O discurso governamental centra-se na resolução do problema social: Getúlio, que assume como Presidente, possui, teoricamente, a clarividência e antecipa-se aos fatos, e outorga então, ao povo, a legislação que suprirá suas demandas (GOMES, 1988). Essa ideia de harmonia, qual seja, a de que não é necessária a luta popular e o conflito para que haja a *conquista* de direitos ratifica a necessidade de retribuição ao líder, já que este cumpre o seu dever, mantendo a ordem da Nação, ficando a outra parte do “tratado”, o povo, forçada a cumprir o seu.

O progresso almejado seria alcançado por meio da união e do esforço conjunto dos cidadãos. Assim, o cidadão que não trabalhasse seria automaticamente um criminoso. Mais do que isso: a dignidade e a civilidade passam a ser adquiridas por meio do trabalho. Esse esforço, encontrava porém um obstáculo: o trabalho no Brasil sempre fora visto como sendo próprio das classes e das “raças” inferiores: os escravos. O tempo de escravidão ainda estava próximo. Os ex-escravos ainda vivos e seus descendentes ocupavam os cargos subalternos, pois foram libertos da escravatura, mas não tiveram a oportunidade de se profissionalizar para que pudessem competir de forma igualitária com os brancos. Além de o trabalho para esta classe ainda ser algo penoso e subalterno, o brasileiro ligava, de forma geral, o trabalho à escravidão, à pobreza e à miséria. Era necessário que o liberto se entendesse como dono da sua força de trabalho. Porque “não tinha valor moral, não compensava materialmente, e só a mínima parte dos que o procuravam como ocupação conseguiam alcançá-lo” (NOVAES, 2001, p. 41). O trabalho necessita, agora, ser visto como elemento *dignificador* do homem para que se possa consolidar o trabalho assaliariado pós-escravidão.

Diante dessa necessidade de transformar o ideário brasileiro com relação ao trabalho, a ferramenta mais eficaz para a realização desse objetivo era a cultura em geral mas principalmente a música, visto que se tratava de uma época em que a radiodifusão estava em alta e se popularizava largamente. O novo Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho⁹, realizava palestras semanais via rádio, que foram um instrumento central para a concretização ideológica deste novo conceito. O controle da cultura era então necessário e

⁹ Alexander Marcondes Filho, no governo Getúlio Vargas, foi ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, de 29 de dezembro de 1941 a 29 de outubro de 1945.

essencial, e era centralizado no DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Como aponta Adalberto Paranhos:

Escorada na atuação do DIP, a ditadura estado-novista procurava, desse modo, assegurar a instauração de um determinado tipo de sociedade disciplinar, simultaneamente à fabricação de um perfil identitário do trabalhador brasileiro dócil à dominação capitalista. (2006 p. 2)

2.4 A POLÍTICA CULTURAL E O DIP

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) data de 1939. O órgão foi criado em substituição ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) em 1934, que por sua vez já substituíra o antigo Departamento Oficial de Propaganda (DOP) de 1931. O DIP tinha uma maior abrangência e maior poder do que os órgãos anteriores.

Além de servir como regulador da propaganda pró-getulista e agente da mitificação de Vargas, o DIP servia como “controlador cultural”: determinava o que poderia e deveria ser divulgado, enquanto ao mesmo tempo censurava o que de acordo com as pretensões governamentais, não poderia ser divulgado. Os valores éticos e morais que sustentavam o Estado-novo direcionavam a atuação do DIP; o órgão atuava “em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira.” (CAPELATO, 1999, p. 172).

Por conseguinte, eram combatidas, então, a ociosidade e o elogio ao não-trabalho. Além das mudanças realizadas sob os ideais de justiça social, era necessário o embasamento ideológico para que a mudança necessária de fato acontecesse. O país precisava marchar para o progresso de forma efetiva: era a verdadeira solução para a desordem do trabalho no liberalismo.

É nesse ponto que entra o samba. No meio intelectual brasileiro se afirmava e consolidava uma corrente que entendia o mestiço e sua cultura como elemento fundamental da “brasilidade” (Gilberto Freyre¹⁰ é um exemplo significativo). Esse marco, esse símbolo, seria utilizado por Getúlio para a divulgação de sua propaganda ideológica. O samba passaria, porém, pelo crivo das políticas culturais governamentais. Não seria e não poderia ser utilizado

¹⁰ Gilberto Freyre foi um polímato brasileiro que interpretou, em seus ensaios, o Brasil sob a ótica da história, antropologia e da sociologia.

tal como se apresentava: o “samba de raiz” era boêmio, sujo, desordeiro; ou seja, em muito ele contrariava os valores supracitados, o que será melhor explicitado no capítulo posterior.

Não se pode, porém, afirmar que o tal “samba de raiz” desapareceria por completo. Os sambistas que desejavam viver da música e para isso não podiam mais cantar seus temas característicos, começam a desenvolver formas de se expressar, camufladamente. Porém, o samba que ganha mais “respeitabilidade” agora, é o samba-exaltação, ou os sambas que tratam da temática de sentimentos, e de forma alguma os que abordam os problemas sociais. Aliás, não era permitido que se abordassem as problemáticas da vida brasileira em qualquer manifestação cultural. A imagem que o povo precisava ter do governo de Getúlio era a imagem da perfeição, da “outorga” completa de direitos (GOMES, 1988) e da total resolução das questões sociais.

3 O SAMBA

3.1 A MALANDRAGEM E O SAMBA MALANDRO VERSUS O TRABALHISMO

A malandragem, símbolo da “carioquice” no século XX, tinha como seu reduto principal a Lapa, mas seus domínios estendiam-se da Glória até a Praça Tiradentes (LUSTOSA, 2001). Seu modo de vida baseava-se na boemia, no jogo, na trapaça e na cafetinagem. O samba também se fazia fortemente presente neste meio, já que os grandes compositores da época eram os malandros (NOVAES, 2001). A transformação do samba em música nacional e a sua conseqüente incorporação à vida “civilizada” fizeram com que esses pudessem encontrar na música, também, um modo de “ganho de vida”. A questão é que sua música, da forma como era caracterizada, não era bem aceita pela chamada “civilização”.

Em meio aos descendentes de escravos é natural que se faça a associação do trabalho regular à escravidão e que por isso se tenha repulsa a ele. Além dessa “naturalidade”, muitos se lançavam à “traumática” experiência e julgavam melhor voltar à orgia, como na canção “O trabalho me deu bolo”, de Moreira da Silva e João Golô:

*“Enquanto eu viver na orgia/ Não quero mais trabalhar/ Trabalho não é para mim/
Ora, deixa quem quiser falar.// Quando eu tenho pesadelo/ Vou sonhar com
espantalho/ Foi quando eu ouvi ao longe/ Alguém falar em trabalho/ Eu agora
resolvi/ Que não hei de ser mais tolo/ Marquei encontro com trabalho/ Trabalho me
dá o bolo./ (É sempre assim)// **Fui trabalhar, trabalho estava cruel/** Eu disse ao
patrão: Senhor, me dá meu chapéu/ Eu não quero trabalhar, trabalho vá pro*

inferno/ Se não fosse meu amor, nunca que eu botava um terno.” (SILVA E GOLÔ, In: PARANHOS, 2006)¹¹.

Nesta canção se vê expresso também a necessidade de se “botar um terno” por causa de um amor, já que essa é uma qualidade respeitável, uma exigência de dignidade.

O malandro retratado nesta canção de Orestes Barbosa e Nássara, também expressa sua ojeriza ao batente:

*“ Você quer comprar o meu sossego/ Me vendo morrer num emprego/ Pra depois então gozar/ Esta vida é muito cômica/ Eu não sou Caixa Econômica/ Que tem juros a ganhar.// Você diz que eu sou moleque/ Porque não vou trabalhar/ Eu não sou livro de cheque/ Pra você descontar/ E você vive tranqüila/ Rindo e fazendo chiquê/ Sempre na primeira fila/ Me fazendo de guichê/ (E você quer comprar o quê, hein?)// Meu avô morreu na luta/ E meu pai, pobre coitado/ Fatigou-se na labuta/ Por isso eu nasci cansado/ E pra falar com justiça,/ Eu declaro aos empregados/ Ter em mim essa preguiça, herança/ De antepassados.”(In: OLIVEN, Geroge Ruben. **O vil metal**. O dinheiro na música popular brasileira [s.d.]¹²*

A malandragem era a grande criadora e reprodutora de sambas. As letras, por conseguinte, tratavam do que era vivenciado por eles. Logo, o repúdio ao trabalho faz sua marca em grande parte das composições. O amor à orgia e à vida desregrada, por outro lado, também. E é por isso que a “civilização” não poderia aceitar o samba malandro (e o próprio malandro, por conseguinte).

A malandragem era, porém, um ícone cultural no Rio de Janeiro. É por isso que Getúlio Vargas se apropria dessa figura, mas de forma invertida: o “bom” malandro, que se utiliza de sua sagacidade em prol de um bem maior – a felicidade geral da nação. O Presidente aparece como alguém que entende de malandragem em peças do teatro de revista

¹¹ Disponível em <http://www.musimid.mus.br/2encontro/files/comunicacoes.htm> Acesso em 05/12/2012.

¹² Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_09.htm . Acesso em 20/12/2012.

carioca. Tinha-se, portanto, a “limpeza” de uma figura de forte apelo popular e que por isso não poderia ser completamente descartada. Era a forma de transportar esta figura para o lado do “bem” e da “ordem”, de forma que se tornasse dócil ao invés de ameaçadora. Além disso, isto contribuía para formar a imagem de um Getúlio “típico brasileiro”, uma forma de tornar-se mais próximo do que é popular (CASADEI, 2008).

Uma das medidas de repressão à malandragem era a criação da multa por ociosidade (Ver anexo 1). Os que não estivessem com os documentos necessários poderiam ser presos. Curioso é, que numa entrevista¹³ com o famoso Bezerra da Silva, ele relata que, mesmo trabalhando, não possuía carteira assinada e por conta disso foi levado muitas vezes preso. Isto exemplifica a puerilidade e a falibilidade destas ações, que muitas vezes prejudicavam mesmo os que tentavam trabalhar e acabavam por se tornar, na verdade, um incentivo à perpetuação da malandragem. Mais uma evidência de que o trabalho “não compensa” e o “melhor é mesmo permanecer na orgia”.

Para ilustrar a problemática da associação do samba ao malandro, temos o embate do famoso sambista Noel Rosa¹⁴ contra Wilson Batista¹⁵, que perdurou três anos.

¹³ Programa do Jô, TV Globo, disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=HhqPC21k-h0> > Acesso em 10/01/2013.

¹⁴ Noel Medeiros Rosa foi sambista, cantor, compositor, bandolinista e violonista brasileiro. Nascido em Vila Isabel, integrante da classe média, Noel Rosa teve grande importância para a consolidação do samba morro afora.

¹⁵ Wilson Batista, compositor brasileiro, chegou ao Rio de Janeiro na década de 1920. Era malandro, frequentador da Lapa e da praça Tiradentes. Sua primeira composição, aos dezesseis anos, chama-se “Na estrada da vida”.



Ilustração 1: Roberto Paiva, Francisco Egydio, Noel Rosa & Wilson Batista / Polêmica (1956)¹⁶

Em 1933, W. Batista compõe Lenço no Pescoço:

*“Meu chapéu do lado/ Tamanco arrastando/ Lenço no pescoço/
Navalha no bolso/ Eu passo gingando/ Provoco e desafio/ Eu tenho
orgulho/ Em ser tão vadio// Sei que eles falam/ Do meu proceder/
Eu vejo quem trabalha/ Andar no miserê/ Eu sou vadio/ Porque tive
inclinação/ Eu lembro, era criança/ Tirava samba-canção/ Comigo
não/ Eu quero ver quem tem razão.” (BATISTA, [s.d])¹⁷*

Noel era famoso por ser simpatizante da malandragem. Por isso, parece contraditório que sua resposta à “Lenço no Pescoço” seja “Rapaz Folgado”. Muitas especulações se fazem a respeito da motivação de Noel ao compor a canção, algumas até de cunho pessoal, mas para não entrar no mérito da questão, analisaremos apenas o discurso que a letra traz em si.

Noel responde:

*“Deixa de arrastar o teu tamanco.../ Pois tamanco nunca foi sandália/ E tira do
pescoço o lenço branco/ Compra sapato e gravata/ Joga fora essa navalha/ Que te*

¹⁶ Disponível em <http://300discos.wordpress.com/2010/02/19/1a03-roberto-paiva-francisco-egydio-noel-rosa-wilson-batista-polemica-1956/>. Acesso em 12/2012.

¹⁷ Disponível em: < Disponível em: < <http://letras.mus.br/wilson-batista/386925/>>. Acesso em: 12/2012

atrapalha// Com chapéu do lado deste rata.../ Da policia quero que escapes/ Fazendo samba-canção/ Já te dei papel e lápis/ Arranja um amor e um violão// Malandro é palavra derrotista/ Que só serve pra tirar todo o valor do sambista/ Proponho ao povo civilizado/ Não te chamar de malandro/ E sim de rapaz folgado.” (ROSA, [s.d])¹⁸

A polêmica segue, com composições de lá e de cá, mas “Rapaz Folgado” nos serve à análise. Aqui, vemos ilustrado o desejo de afastar a imagem do malandro da do sambista, como se a primeira maculasse a segunda. A resposta pode ser entendida como um conselho, a apresentação de uma nova forma de malandragem, se incluindo no mercado de trabalho e ao mesmo tempo escapando do trabalho braçal. Atitude, afinal, típica da malandragem, que não deseja andar fora da lei, mas sim nos limites dela, dentro do que for possível.

O próprio Wilson Batista, em 1940, compõe “O bonde de São Januário”:

“Quem trabalha/ É quem tem razão/ Eu digo/ E não tenho medo/ De errar/ Quem trabalha.../ O Bonde São Januário/ Leva mais um operário/Sou eu/ Que vou trabalhar// Antigamente/ Eu não tinha juízo/ Mas hoje/ Eu penso melhor/ No futuro/ Graças a Deus/ Sou feliz/ Vivo muito bem/ A boemia/ Não dá camisa/ A ninguém/ Passe bem!”. (BATISTA, [s.d])¹⁹

À primeira vista, a canção pode ser entendida como uma rendição total aos ideais do trabalho. Porém uma segunda análise pode permitir que se interprete a canção como uma “tática de sobrevivência pessoal de Wilson Batista, que como bom malandro sabia que não podia continuar na mesma rota de poucos anos atrás.”, (NOVAES, 2001, p. 41). Vide a data da composição, 1940, na qual o samba já era oficialmente música nacional e a repressão ao malandro e seus sambas já funcionava a todo vapor.

Ainda no que tange à condenação da malandragem ao lugar de anti-progresso e criminalidade, temos o livro “Macunaíma” de Mário de Andrade²⁰, de 1928. A personagem principal, homônima do título, possui as características do que se tem por brasileiro, e pode

¹⁸ Disponível em: < <http://letras.mus.br/noel-rosa-musicas/397357>>. Acesso em 12/2012.

¹⁹ Disponível em: < <http://letras.mus.br/wilson-batista/259906>> . Acesso em 12/2012.

²⁰ Mário Raul de Moraes Andrade foi poeta, romancista, musicólogo, crítico de arte, historiador e fotógrafo brasileiro. Foi um dos criadores do movimento modernista no Brasil.

muito bem ser encaixada na definição de malandragem: é preguiçoso (seu bordão é “Ai que preguiça...”), trapaceiro, aproveitador, desonesto. Apesar de se dar bem durante toda sua história, o fim de Macunaíma é trágico: tomado pela solidão, o anti-herói resolve morrer – na história, vira uma constelação chamada Ursa Maior. No trecho

tudo o que fora a existência dele apesar de tantos casos tanta brincadeira tanta ilusão, tanto sofrimento, tanto heroísmo, afinal não fora sinão [sic] um se deixar viver; e pra parar na cidade do Delmiro ou na ilha de Marajó que são desta Terra carecia de ter um sentido. E ele não tinha coragem pra uma organização, (ANDRADE, 1998, p. 138)

a crítica se torna evidente. A vida do trapaceiro era sem sentido. E tal falta de caráter era conflitante com a capacidade de organizar-se. O livro é um exemplo de que as raízes da repressão à vida malandra e o elogio da ordem e do trabalho datam de antes do Estado Novo.

A censura estadonovista não apenas impedia que se divulgasse o samba malandro, mas também os que continham críticas sociais. O sistema de “doação de direitos” precisava ser imaculado; o progresso, a civilização e a boa vida de quem trabalha precisava ser evidenciada.

Nesse sentido, ganha espaço o chamado “samba-exaltação, de cujo qual “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso é um exemplar:

“Brasil, meu Brasil Brasileiro/ Meu mulato inzoneiro/ Vou cantar-te nos meus versos/ O Brasil, samba que dá/ Bamboleio que faz gingar/ O Brasil do meu amor/ Terra de nosso Senhor/ Brasil! Brasil! Pra mim! Pra mim!// Ó, abre a cortina do passado/ Tira a mãe preta do cerrado/ Bota o rei congo no congado/ Brasil! Brasil!// Deixa cantar de novo o trovador/ À merencória à luz da lua/ Toda canção do meu amor/ Quero ver essa Dona caminhando/ Pelos salões, arrastando/ O seu vestido rendado/ Brasil! Brasil! Pra mim! Pra mim!// Brasil, terra boa e gostosa/ De moreninha sestrosa/ De olhar indiferente// O Brasil verde que dá/ Para o mundo admirar/ O Brasil do meu amor/ Terra de nosso Senhor/ Brasil! Brasil! Pra mim! Pra mim!// Esse coqueiro que dá coco/ Onde eu amarro minha rede/ Nas noites de luar/ Ó, estas fontes murmurantes/ Onde eu mato a minha sede/ E onde a lua vem brincar// Ó, esse Brasil lindo e trigueiro/ É o meu Brasil brasileiro/ Terra de samba e pandeiro/ Brasil! Brasil!”.
(BARROSO [s.d])²¹

Nos chamados sambas-exaltação se descrevia um Brasil de fartas matas, lindos campos, muitas riquezas naturais e culturais... e nenhum problema social. Qualquer mazela

²¹ Disponível em: < <http://letras.mus.br/ary-barroso/163032>>. Acesso em 12/01/2013.

social não poderia se sobrepor a esse imaculado Brasil que era pintado. Era o “bom” samba, livre dos atrasos da rejeição ao trabalho, bem como de crítica social.²²

No entanto, o próprio Ary Barroso conseguiu gravar em 1943 dois sambas que seguintes, que não seguiam esta cartilha. “Terra Seca”, o primeiro a ser gravado dizia:

“O nego tá moiado de suó/ Trabaia, trabaia nego./ As mão do nego tá que é calo só./ Ai, meu sinhô, nego tá véio/ Não agüenta!/ Essa terra tão dura, tão seca, poeirenta...// O nego pede licença pra falá/ Quando nego chegou por aqui/ Era mais vivo e ligeiro que o saci/ Varava estes rio, estas mata, estes campo sem fim/ Nego era moço, e a vida, um brinquedo para mim...// Mas esse tempo secou./ Esta terra secou... ô ô/ A velhice chegou e o brinquedo quebrou.../ Sinhô: nego véio tem pena de tê se acabado/ Sinhô: nego véio carrega este corpo cansado.” (BARROSO, 1943 In: GOMES, 2013)

O segundo, “Cinco Horas da Manhã” é um samba malandro típico:

“São cinco horas da manhã/ O sol já vem raiando/ Maria tá em casa me esperando/ Eu vou-me embora/ É hora do corpo descansar./ Sou boêmio, mas não quero me acabar...// Maria, minha boa companheira/ Não dorme enquanto não chego/ Sou boêmio e Maria reconhece/ Por isso não me aborrece/ É hora, vou-me embora.” (BARROSO, 1943 In: GOMES, 2013)

Adalberto Paranhos (2006) nos traz o exemplo de uma canção localizada temporalmente na época que é nosso objeto de estudo: O Estado Novo. A composição de Sebastião Figueiredo: “O amor regenera o malandro”, (trecho): *“Dizem que o regenerar/ Se amor/ Regenera o malandro/ Sou de opinião/ Que todo malandro/ Tem que se compenetrar/ Que todo mundo deve ter/ Seu trabalho para o amor merecer”*. Ele nos mostra, porém, que uma análise completa da canção, isto é, incluindo a sua interpretação, nos permite perceber que a mensagem que aparentemente traz em si, pode ter uma significação diferenciada: na interpretação de Joel e Gaúcho, é incluído o breque²³ “ai que horror!”, depois do trecho

²² Não pretendemos afirmar, porém, que o samba seria cooptado por completo. A censura tem frestas, de forma que pode ser, até certo ponto, driblada. Recorremos a outro período histórico, também marcado pela censura. Temos, para fins de exemplificação, a canção de Chico Buarque, “Acorda amor” de 1974, em plena ditadura militar. A canção é entregue à aprovação sob o pseudônimo de Julinho Adelaide, por ter dito duas músicas suas censuradas: “Cálice” e “Apesar de você”. Assim, a música, ironicamente crítica, consegue se esgueirar pela censura.

²³ O “breque” é uma intervenção declamatória, feita pelo intérprete.

“Regenerado/ ele pensa no amor/ mas pra merecer carinho/ tem que ser trabalhador”, demonstrando assim uma certa contravenção à ideologia aparentemente defendida.

Ora, antes a obviedade encontrava-se no caráter escravo do trabalho, agora encontra-se em seu aspecto dignificante. Ou seja, a naturalidade desloca-se da ojeriza ao trabalho para a sua valorização. O projeto do Estado Novo e de Getúlio Vargas foi bem sucedido, e até hoje é claramente seguido pela sociedade brasileira. Perceber o trabalho como escravizante, hoje, é tarefa de intelectuais: exige uma reflexão mais profunda. Um trabalhador vivendo sua rotina, mesmo que pesada, não sente que há algo errado. Não sente que haja outras opções para ele enquanto cidadão.

Para ilustrar o citado sucesso do projeto getulista, segue um trecho da canção “Não sou mais disso”, do cantor Zeca Pagodinho:

Provei pra você/ Que eu não sou mais disso/ Não perco mais/ O meu
compromisso/ Não perco mais/ Uma noite à toa/ Não traio e nem troco/A
minha patroa...// Eu não sei se ela fez feitiço/ Ou macumba ou coisa assim/
Eu só sei/ Que eu tô bem com ela/ E a vida é melhor pra mim...// Eu deixei de
ser pé-de-cana/ Eu deixei de ser vagabundo/ Aumentei minha fé em Cristo/
Sou bem-quisto/ Por todo mundo... (ARAGÃO E PAGODINHO)²⁴

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda transformação que se dá em determinada cultura é resultante de uma complexa atuação de forças que se complementam, e nenhuma delas pode ser considerada a causa única para o dado acontecimento. Então, é importante salientar que esse trabalho se debruça sobre um fenômeno – a transformação do samba – que não pode ser entendido apenas como fruto da ação do Estado Novo. Esse foi o aspecto abordado mais profundamente por uma questão de metodologia de estudo/pesquisa.

A importância fundamental do presente trabalho é compreender que o processo de consolidação do samba como música nacional não acontecesse de forma simples e natural,

²⁴ Música de 1986. Disponível em: <http://letras.mus.br/zeca-pagodinho/75177>. Acesso em 01/2013.

como muitas vezes é colocado. É contextualizado num país que sofre uma complexa transformação ideológica e acompanha tal transformação. Isto é essencial para compreendermos que a valorização desta cultura de origem pobre e trabalhadora não é mera bondade nem imposição do pobre, e sim fruto de forças sociais diversas.

O trabalho pretendeu elucidar também outra questão crucial: a da ideia de que o regime de Vargas foi amplamente aceito e incorporado pelos trabalhadores. A resistência musical exemplifica que a aceitação não foi total e nem pacífica.

Um ponto importante a se destacar é: a malandragem não morreu. Como foi dito ao longo do texto, a malandragem tinha seu jeitinho de “escapular” da censura e continuar produzindo os sambas à sua moda. Nenhum regime pode ser “totalitário” no sentido de ser unânime. Sempre há a resistência, mesmo que dissimulada.

ANEXOS

ANEXO A – Decreto-Lei N° 3.688, De 3 de outubro de 1941. Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses. (Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. Antígona, Lisboa, 1998.

AUGRAS, M. **A ordem na desordem: a regulamentação do desfile das escolas de samba e a exigência de "motivos nacionais"**. [s.d.]. Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_08.htm>. Acesso em: 15/11/2012.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. (5ª edição)

DEALTRY, Giovanna. **"Samba e malandragem"** (cap. 2), In: DEALTRY, Giovanna. **No fio da navalha - malandragem na literatura e no samba**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa no Brasil**. In: (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Tiago de Melo. **Formas e sentidos da identidade nacional: o malandro na cultura de massas (1884-1929)**. *Rev. hist.*, Dez 1999, no.141, p.59-73.

NOVAES, José. **Um episódio de produção de subjetividade no Brasil de 1930: Malandragem e estado-novo**. *Psicol. estud.*, Jun 2001, vol.6, no.1.

PARANHOS, Adalberto. **A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social**. *História* [online]. 2003, vol.22, n.1.

PARANHOS, Adalberto. **Trabalhismo, música e mídia sob o governo Vargas**. In: **II Encontro de Música e Mídia -Verbalidades, musicalidades: temas, tramas e trânsitos**, 2006, Santos-SP. **Anais do II Encontro de Música e Mídia - Verbalidades, musicalidades: temas, tramas e trânsitos**. Santos-SP: disponível em <http://www.musimid.mus.br/2encontro/files/comunicacoes.htm>. Acesso em 05/12/2012.

OLIVEN, Ruben George. **O vil metal**. **O dinheiro na música popular brasileira**. Disponível em

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_09.htm. Acesso em 02/12/2012.

STEIGENBERGER, Fabiana e FERNANDES, Luiz. **Marcas da ideologia trabalhista de Vargas em canções da MPB**. Revista Intertexto (online). 2008, v.1, n.1.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba** – Rio de Janeiro, RJ; Jorge Zahar, 1995.

VIANNA, Luiz Fernando. **Geografia carioca do samba**/Luiz Fernando Vianna. Fotografia de Bruno Veiga. Rio de Janeiro – Casa da palavra: 2004.

CASADEI, Eliza Bechega. **Getúlio Vargas e o teatro**. Construção e reconstrução da figura do ex-presidente através de representações teatrais. 1. ed. São Paulo: Revista Anagrama/Revista Interdisciplinar da Educação, Setembro/Novembro de 2008.

GOMES, Fabio. **O Trabalho na música popular brasileira**. Disponível em: <<http://www.brasileirinho.mus.br/artigos/trabalhompb.html>>. Acesso em 01/2013.